

**MetroBarra S.A.**

**Relatório do Auditor Independente  
acompanhado das Demonstrações  
Contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2016**



Grant Thornton

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do Auditor independente	3
Demonstrações Contábeis	7
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016	13

# Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes  
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 1º andar  
Botafogo  
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3529-9150  
[www.granthornton.com.br](http://www.granthornton.com.br)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**MetroBarra S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **MetroBarra S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do **MetroBarra S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.1. às demonstrações contábeis, que indicam que a Companhia apresenta o total do passivo circulante em excesso ao total do ativo circulante em R\$ 21.409 mil, bem como, apresenta prejuízos acumulados e prejuízo no exercício no montante de R\$ 140.174 mil e R\$ 91.958 mil, respectivamente. Conforme apresentado na Nota explicativa nº.1.1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nesta mesma nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode suscitar dúvida significativa

quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressaltada em função deste assunto.

### Ênfase

**Investigações do Ministério Público envolvendo a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.2 às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes à fatos sob investigação envolvendo a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia no âmbito das operações “Lava Jato” e “Greenfield”. O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia ainda é indeterminado. Nossa opinião não contém ressalva com relação a esse assunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Outros assuntos

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 20 de abril de 2016, com ênfases sobre a continuidade operacional da Companhia e diligência envolvendo partes relacionadas da Companhia.

**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse

Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.



Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - RJ

## METROBARRA S.A. - METROBARRA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	20.634	2.012
Aplicações financeiras	4	-	4.231
Impostos a recuperar	6.a	21.586	5.618
Partes relacionadas	7	-	17.356
Instrumentos financeiros derivativos	16.e	-	5.433
Outros		212	185
Total do ativo circulante		<u>42.432</u>	<u>34.835</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Aplicações financeiras	4	41.989	-
Impostos a recuperar	6.a	18.901	3.649
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.b	5.129	5.045
Adiantamentos para aquisição futura - CRB	18.b	53.564	53.564
Imobilizado	8	992.440	846.114
Intangível		7.867	117
Total do ativo não circulante		<u>1.119.890</u>	<u>908.489</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>1.162.322</u></u>	<u><u>943.324</u></u>
<b><u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	9	32.860	82.714
Debêntures	10	7.860	598.783
Tributos e contribuições a recolher	6.c	813	1.529
Obrigações com empregados e administradores		1.129	-
Partes relacionadas	7	19.301	22.393
Instrumentos financeiros derivativos	16.e	911	323
Outros		967	-
Total do passivo circulante		<u>63.841</u>	<u>705.742</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Debêntures	10	972.610	-
Partes relacionadas	7	-	183.998
Total do passivo não circulante		<u>972.610</u>	<u>183.998</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	12.a	266.045	101.800
Prejuízos acumulados		(140.174)	(48.216)
Total do patrimônio líquido		<u>125.871</u>	<u>53.584</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>1.162.322</u></u>	<u><u>943.324</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

METROBARRA S.A. - METROBARRA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita operacional líquida	13	74.910	15.751
Custo dos serviços prestados	13	<u>(29.883)</u>	<u>(7.976)</u>
LUCRO BRUTO		<u>45.027</u>	<u>7.775</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	13	(44.150)	(5.567)
Total		<u>(44.150)</u>	<u>(5.567)</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	14	19.971	2.225
Despesas financeiras	14	<u>(112.890)</u>	<u>(51.463)</u>
		<u>(92.919)</u>	<u>(49.238)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
		(92.042)	(47.030)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.d	<u>84</u>	<u>2.951</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO			
		<u>(91.958)</u>	<u>(44.079)</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	15	<u>(0,337)</u>	<u>(0,698)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



METROBARRA S.A. - METROBARRADEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(em milhares de reais)

---

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(91.958)</u>	<u>(44.079)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>(91.958)</u></u>	<u><u>(44.079)</u></u>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

METROBARRA S.A. - METROBARRA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>60.000</u>	<u>(4.137)</u>	<u>55.863</u>
Aumento de capital	12.a	41.800	-	41.800
Prejuízo do exercício		-	(44.079)	(44.079)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		<u>101.800</u>	<u>(48.216)</u>	<u>53.584</u>
Aumento de capital	12.a	164.245	-	164.245
Prejuízo do exercício		-	(91.958)	(91.958)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>266.045</u>	<u>(140.174)</u>	<u>125.871</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**METROBARRA S.A. - METROBARRA**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(92.042)	(47.030)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	8 e 13	30.035	8.215
Variações monetárias e encargos, líquidos		83.877	46.852
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>			
Impostos a recuperar	6a	(31.220)	(1.613)
Partes relacionadas		-	(17.356)
Outros ativos		(27)	5.225
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores		11.490	(1.887)
Obrigações com empregados e administradores		1.129	-
Adiantamento de clientes		967	-
Impostos a recolher		-	1.231
Impostos taxas e contribuições		(716)	-
Partes relacionadas		1.709	(1.345)
Instrumentos financeiros derivativos		(14.486)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(9.284)</u>	<u>(7.708)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aplicações financeiras		(21.089)	378.181
Aquisição de imobilizado		(183.798)	(408.500)
Aquisição de intangível		(8.197)	(26)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(213.084)</u>	<u>(30.345)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de capital	12.a	164.245	41.800
Captação de empréstimos	10	932.861	600.794
Amortização de debêntures	10	(600.794)	(600.000)
Custo de captação	10	(6.718)	(4.505)
Mutuo com parte relacionada		-	183.000
Pagamento de Mútuo principal	7	(183.000)	-
Pagamento de Mútuo juros	7	(16.152)	-
Juros sobre debêntures pagos	10	(49.452)	(183.240)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>240.990</u>	<u>37.849</u>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>18.622</u>	<u>(204)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		2.012	2.216
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>20.634</u>	<u>2.012</u>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>18.622</u>	<u>(204)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

METROBARRA S.A. - METROBARRA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas		51.109	17.356
Receita de locação		82.546	17.356
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		(31.437)	-
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		(6.207)	(4.704)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(6.207)	(4.704)
Valor adicionado bruto		<u>44.902</u>	<u>12.652</u>
Retenções		(30.035)	(8.215)
Depreciação e amortização	13	(30.035)	(8.215)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>14.867</u>	<u>4.437</u>
Valor adicionado recebido em transferência		19.971	2.225
Receitas financeiras	14	19.971	2.225
Valor adicionado total a distribuir		<u>34.838</u>	<u>6.662</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>34.838</u>	<u>6.662</u>
Pessoal e encargos		5.037	422
Remuneração direta		4.155	-
Benefícios		699	422
FGTS		183	-
Impostos, taxas e contribuições Federais		8.768	(1.344)
Remuneração capital de terceiros		112.991	51.663
Juros		65.107	33.963
Aluguéis		32	5
Outros		47.852	17.695
Remuneração de capital próprio		(91.958)	(44.079)
Prejuízo do exercício		(91.958)	(44.079)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## METROBARRA S.A. - METROBARRA

### NOTAS EXPLICATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

##### 1.1. Operações da Companhia

O MetroBarra S.A. (a seguir denominada como “MetroBarra” ou “Companhia”), cuja sede está localizada na Av. Presidente Vargas 2.700, parte, foi constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado em 20 de dezembro de 2012, e tem como objeto social a locação de bens próprios e participação em outras sociedades, na qualidade de acionistas, cotista ou *holding*. A Companhia assumiu em 2013 os direitos e deveres do contrato de adiantamento para aquisição futura da Concessionária Rio Barra S.A. (“CRB”) e tem realizado investimentos em material rodante, sistema e engenharia objetos deste contrato para poder exercer a opção de compra. A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR detém 100% das ações da Companhia, sendo assim a sua única controladora.

Em 31 de julho de 2013, a Companhia firmou junto a Changhun Railway Vehicles Co. (“CNR”), empresa com sede na República Popular da China, contrato que prevê a fabricação de 15 trens e outros serviços. Em 31 de dezembro de 2016, os trens encontram-se entregues e o contrato referente à compra dos mesmos estão quitados, não havendo pleitos em discussão.

Em 18 de junho de 2013, a Companhia e a CRB firmaram um contrato para a locação do material rodante, sistemas de sinalização e telecomunicações, embarcados de bordo, gerenciamento e pré-operação (“Material Rodante e Sistemas”), de acordo com os termos, condições e especificações previstas no Contrato de Concessão da Linha 4.

Em 15 de abril de 2015, o MetroBarra e a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro (“MetrôRio”) firmaram contrato de locação de material rodante para utilização nas Linhas 1 e 2, onde entenderam que o uso prévio do material rodante, 15 trens, acarretaria em benefícios para ambas as companhias, uma vez que possibilitaria o aperfeiçoamento dos mesmos de forma planejada e segura para maximizar sua performance quando do início da operação comercial na Linha 4. Possibilitando também, a manutenção mais robusta dos trens Alstom/Marfesa do MetrôRio e evitaria custos elevados de armazenamento e manutenção casoos mesmos não estivessem sendo utilizados.

O contrato permaneceu em vigor até o dia imediatamente anterior à data de início dos testes da Linha 4. Os testes integrados da Linha 4 iniciaram em 01 de julho de 2016. Desta forma, a partir desta data a locação dos trens passou a ser objeto de contrato assinado entre MetroBarra e CRB, atual concessionária da Linha 4.

No dia 01 de agosto de 2016 ocorreu o início da Operação Especial Olímpica na Linha 4 (trecho General Osório 2 até Jardim Oceânico) para portadores de ingressos que possuam o Cartão Olímpico, atletas, organizadores e imprensa oficial dos Jogos Olímpicos. Em 19 de setembro de 2016 entrou em operação. A Linha 4 tem a extensão de 16 km e liga o Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca (Zona Oeste), à Estação General Osório, em Ipanema (Zona Sul).

Em 31 de dezembro de 2016, o MetroBarra apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$21.409 (R\$670.907 negativo em 31 de dezembro de 2015). Em 12 de maio de 2016, a Companhia assinou junto à Caixa Econômica Federal (“CEF”) o boletim de subscrição da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, as quais foram objeto de colocação privada. Em 13 de maio de 2016 os recursos foram liberados pela CEF, equalizando assim, a estrutura de capital da Companhia, os recursos propiciaram a quitação da 4ª emissão de debêntures em 22 de junho de 2016.

A Administração elaborou projeções de resultados que indicam a futura geração positiva de caixa, entretanto o sucesso das operações depende da confirmação dessas projeções.

## 1.2. Diligência em Acionista, Controladora e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da INVEPAR, que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a Construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da “Operação Lava Jato” foi realizada na sede da controladora INVEPAR e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (“GRUPAR”). O objeto dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência a atividade exercidas pela INVEPAR ou demais controladas. Em abril de 2016, a INVEPAR divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho/Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora INVEPAR e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da “Operação Greenfield”. A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da INVEPAR, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram aprovadas em 28 de março de 2017 pela Administração da Companhia.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

## 2.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas, já emitidas, a seguir:

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Fornece orientações adicionais para que as entidades passem a fornecer informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar as alterações em passivos provenientes de financiamentos.
- IAS 12 – Tributo sobre o lucro – Esclarecimentos sobre o reconhecimento de um ativo fiscal diferido para perdas não realizadas.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) - Introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15/ CPC 47 - Receita com Contratos de Clientes (novo pronunciamento) – Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.
- IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 com a abordagem de três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (novo pronunciamento) – Altera os critérios de classificação e mensuração das operações de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

### 2.3. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, conforme descrito a seguir.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

### 2.4. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

#### a) Receitas de serviço

A receita de locação é mensurada com base na parcela do contrato, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre alugueis, sendo registrada mensalmente ao fim de cada período.

#### b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

### 2.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício, exceto àqueles relacionados a juros



provenientes de saldos de empréstimos recebidos e não aplicáveis, que são capitalizados ao ativo qualificável em construção.

## 2.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

## 2.7. Intangível

Refere-se aos direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição dos ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

## 2.8. Reconhecimento de redução para recuperação de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é reconhecida perda para refletir a deteriorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

## 2.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

## 2.10. Impostos

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas operacionais	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	4,00%

A tributação sobre o lucro do exercício inclui o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias, base negativa de imposto de renda e contribuição social, e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, estas são revisadas em períodos menores pelas controladas. As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e conseqüentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

## 2.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

### Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

### Estimativas e premissas

#### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### *Impostos*

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

### *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: Risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### *Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível*

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado e intangível são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

## 2.12. Instrumentos financeiros

### a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas: Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fornecedores, debêntures e instrumentos com característica de *hedge*. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e adiantamentos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Instrumentos financeiros derivativos e debêntures.

### b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

#### *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge*. Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Os ganhos e perdas de passivos para negociação são capitalizados pela Companhia.

#### *Empréstimos e financiamentos*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### 2.13. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

#### 2.14. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

#### 2.15. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	140	1.540
Aplicações financeiras – CDB	<u>20.494</u>	<u>472</u>
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>20.634</u>	<u>2.012</u>

Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. O MetroBarra considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a 3 meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade desta aplicação é de 101% do Certificado de depósito interbancário - CDI (100% de CDI em 31 de dezembro de 2015).

#### 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa	Indexador	Vencimento	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras não vinculadas:					
Fundo de Investimento Caixa Mover (a):	99,46%		Nov/2016		
Certificado de Depósito Bancário – CDB		DI		-	1.301
Letras Financeiras do Tesouro		SELIC		-	1.287
Títulos Públicos Federais		IPCA		-	104
Debêntures (b)		DI		-	1.539
Subtotal de aplicações financeiras não vinculadas				-	4.231
Aplicações financeiras vinculadas:					
Certificado de Depósito Bancário – CDB (c)	101%	DI	Ago/2018	41.989	-
Subtotal de aplicações financeiras vinculadas				41.989	-
Total de aplicações financeiras				41.989	4.231
Aplicações financeiras circulante				-	4.231
Aplicações financeiras não circulante				41.989	-

(a) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da acionista, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do fundo é realizada pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo a INVEPAR, METRÔRIO, CLN, VIA040 e a LAMSA. O METROBARRA participou do fundo até julho de 2016, a concessionária BR-040 (“Via 040”) e a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A (“METRÔRIO”), participaram do fundo até dezembro de 2016, meses em que houve resgate do saldo aplicado.

(b) Debêntures compostas por: Bradesco Leasing e BV Leasing.

(c) Aplicações financeiras mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa atrelados aos sistemas de sinalização e piloto automático, os quais estão citados na nota explicativa 18.

#### 5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2016	31/12/2015
Receita locação trens	31.437	-
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(31.437)	-
	-	-

De acordo com o Contrato de Locação de Material Rodante e Sistemas Operacionais para o Transporte Metroviário de Passageiros da Linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro (“Contrato de Locação”), o pagamento do preço da locação fica condicionado a uma parcela do Fluxo de Caixa

Livre do cliente, que tem sistemática definida no contrato. Nos meses em que o Fluxo de Caixa Livre é insuficiente para cobrir a totalidade do valor do aluguel, o valor remanescente é provisionado para perda.

## 6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

### a) Impostos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRPJ e CSLL	-	5.828
IRRF – Aplicação financeira	2.556	3.439
PIS/COFINS(*)	37.931	-
Total	<u>40.487</u>	<u>9.267</u>
Circulante	21.586	5.618
Não circulante	18.901	3.649
Total	<u>40.487</u>	<u>9.267</u>

(\*) Crédito de Pis e Cofins sobre Importação de Máquinas e Equipamentos, conforme Lei 11.774/2008. Maiores detalhes na Nota 8 – Imobilizado.

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo fiscal	3.771	3.771
Base negativa de contribuição social	1.358	1.358
Variação cambial	-	(84)
Total	<u>5.129</u>	<u>5.045</u>
Impostos Diferidos – Ativo	5.129	5.129
Impostos Diferidos – Passivo	-	(84)

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima



recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2016</u>
2019	2.056
2020	<u>3.073</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>5.129</u>

A Companhia não constituiu, a partir de outubro de 2015, IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias no montante acumulado de R\$44.037 (R\$13.023 saldo em 31 de dezembro de 2015).

c) Tributos a recolher

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS e COFINS	42	425
ISS Retido	451	308
IRRF e CSRF	116	316
INSS de Terceiros	204	480
Total	<u>813</u>	<u>1.529</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(92.042)	(47.030)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	<u>31.294</u>	<u>15.990</u>
Adições permanentes	(196)	(15)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	<u>(31.014)</u>	<u>(13.024)</u>
Total dos impostos diferidos no resultado	<u>84</u>	<u>2.951</u>
Alíquota efetiva	(34%)	(34%)

## 7. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do MetroBarra, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes que refletem as condições praticadas no mercado, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha saldos relativos ao reembolso de despesas que ocorreram inicialmente em tais partes relacionadas, mas que geram benefícios econômicos e pertencem ao MetroBarra.

			31 de dezembro de 2016			
			Passivo			
Partes Relacionadas	Transação	Relação	Circulante	Resultado		
MetrôRio	Locação de trens (a)	Ligada	-	27.489		
MetrôRio	Nota de débito (b)	Ligada	9.484	(838)		
Invepar	Garantia fiduciária/Nota de débito (c)	Controladora		(27.709)		
			9.817			
			<u>19.301</u>	<u>(1.058)</u>		

  

			31 de dezembro de 2015			
			Ativo	Passivo		
Partes Relacionadas	Transação	Relação	Circulante	Circulante	Não Circulante	Resultado
MetrôRio	Locação de trens (a)	Ligada	17.356	-	-	17.356
MetrôRio	Nota de débito (b)	Ligada	-	8.645	-	(696)
Invepar	Mútuo (d)	Controladora	-	-	183.998	(998)
Invepar	Garantia fiduciária (c)	Controladora	-	13.748	-	(13.748)
			<u>17.356</u>	<u>22.393</u>	<u>183.998</u>	<u>1.914</u>

(a) Locação: Em 15 de abril de 2015, MetrôRio e MetroBarra firmaram contrato de locação de material rodante para o transporte metroviário da Linha 4 para utilização nas Linhas 1 e 2. A remuneração pela a utilização dos trens ocorre mediante a liberação dos materiais rodantes pela engenharia do MetroBarra no montante de R\$290 mensal por unidade, ajustados anualmente pelo IPCA. Em 01 de abril de 2016, foi celebrado o primeiro aditivo ao contrato de locação de material rodante firmado entre o MetrôRio e o MetroBarra, no qual foi reajustado o valor da locação para R\$320 a partir de abril de 2016.

O contrato permaneceu em pleno vigor até o dia imediatamente anterior à data de início dos testes da Linha 4. Os testes integrados da Linha 4 iniciaram em 01 de julho de 2016.

(b) Nota de débito: São serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas que estão sendo repassados através de critérios de rateio.

(c) Garantia fiduciária: Montante cobrado pela acionista INVEPAR referente à garantia fiduciária firmada no instrumento particular de escritura da quarta emissão de debêntures simples do MetroBarra.

(d) Mútuo: Em 18 de dezembro de 2015, foi firmado contrato de mútuo entre a acionista INVEPAR e o MetroBarra no valor de R\$183.000. Sobre o montante do principal incidiram juros equivalentes a 100% do CDI acrescidos de sobretaxa de 3,50% a.a. Em 23 de junho de 2016, data da liquidação, o montante devido de principal e juros eram R\$199.152, o MetroBarra liquidou o mútuo com recursos oriundos da 3ª emissão de debêntures que foram liberados em 13 de maio de 2016, sendo R\$120.796 para pagamento do mútuo, foi retido R\$3.231 de IRRF e R\$75.125 capitalizados pela INVEPAR na Companhia.

#### Remuneração dos Administradores

Em 29 de abril de 2016, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$3.058.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Honorários	564	652
Participação nos resultados	219	-
Encargos	73	188
Outros benefícios	103	-
Total	<u>959</u>	<u>840</u>

## 8. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %					
		<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Crédito Pis/Cofins (i)</u>	<u>Transferência</u>	<u>-</u>
Custo						
Máquinas e equipamentos	5	526.325	-	(38.352)	35.676	523.649
Móveis e utensílios	10	7	778	-	933	1.718
Benfeitoria em prédios e instalações	10	-	-	-	142.670	142.670
Equipamentos de informática	20	1	-	-	15.858	15.859
Equipamentos de telecomunicações	20	-	-	-	1.855	1.855
Imobilizado em andamento	N/A	327.928	224.308	-	(205.189)	347.047
		<u>854.261</u>	<u>225.086</u>	<u>(38.352)</u>	<u>(8.197)</u>	<u>1.032.798</u>
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(8.147)	(27.201)	-	-	(35.348)
Móveis e utensílios		-	(48)	-	-	(48)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		-	(4.087)	-	-	(4.087)
Equipamentos de informática		-	(790)	-	-	(790)
Equipamentos de telecomunicações		-	(85)	-	-	(85)
		<u>(8.147)</u>	<u>(29.588)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(40.358)</u>
Imobilizado líquido		<u>846.114</u>	<u>195.498</u>	<u>(38.352)</u>	<u>(8.197)</u>	<u>992.440</u>

(i) Referente a crédito de Pis e Cofins na aquisição de máquinas e equipamentos inerente a operação. Tais créditos foram transferidos de forma extemporânea para a rubrica de Impostos a Recuperar em decorrência da alteração do plano de negócio original da Companhia com consequente alteração na expectativa de realização.

(ii) Transferido para o ativo intangível – software.

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2014	Adições	Transferência	31/12/2015
Custo					
Máquinas e equipamentos	5	-	-	526.325	526.325
Móveis e utensílios	10	-	7	-	7
Equipamentos de informática	20	1	-	-	1
Imobilizado em andamento	N/A	352.948	501.305	(526.325)	327.928
		<u>352.949</u>	<u>501.312</u>	<u>-</u>	<u>854.261</u>
Depreciação acumulada					
Máquinas e equipamentos		-	(8.147)	-	(8.147)
		<u>-</u>	<u>(8.147)</u>	<u>-</u>	<u>(8.147)</u>
Imobilizado líquido		<u>352.949</u>	<u>493.165</u>	<u>-</u>	<u>846.114</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia, dando seguimento ao seu plano de negócios, investiu R\$224.308 (R\$501.305 em 31 de dezembro de 2015), os quais se referem principalmente a: desembolsos referentes ao sinal e a início da fabricação dos equipamentos dos contratos de sinalização e piloto automático e aos gastos com engenharia.

O saldo remanescente no imobilizado em andamento é composto dos projetos relacionados ao piloto automático, sinalização, sistemas de telecom e adequações no centro de manutenção no centro de controle operacional e também a capitalização dos juros das debêntures. O montante de resultado financeiro capitalizado até 31 de dezembro de 2016 é de R\$53.729 (R\$22.756 em 31 de dezembro de 2015).

#### Redução do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível são revisados, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de que possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

A Administração efetuou análise e projeção do desempenho operacional e financeiro de seus ativos, tendo como uma das principais premissas, o exercício da opção de compra da totalidade das ações da CRB pelo MetroBarra, conforme contrato de compra e venda firmado em 23 de novembro de 2012 (nota explicativa 18.b). A premissa adotada pela Administração no teste de *impairment* é que o exercício da opção ocorra até meados do exercício social de 2019, alterando assim a composição dos fluxos de caixa projetados da Companhia.

Após análises, a Companhia não identificou a necessidade de ajuste para redução do valor do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016.

## 9. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo da Companhia com fornecedores totalizava R\$32.860, (R\$82.714 em 31 de dezembro de 2015), dos quais referem-se principalmente a: R\$4.221 representam obrigações com a Siemens, R\$ 2.689 representam obrigação com a Engineering, R\$ 7.471 representam obrigação com a Alstom, principais empresas responsáveis junto à Companhia pela instalação de sistemas de sinalização, via e telecom na Linha 4.

## 10. DEBÊNTURES

	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (Spread)	Garantia	Passivo		
						Circulante	Não Circulante	Circulante
						31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Quarta emissão Debêntures	Real	21/05/2016	CDI	3,50%	(a)	-	-	602.537
(-) Custo de captação	Real					-	-	(3.754)
Terceira emissão Debêntures	Real	20/11/2030	TR	9,19%	(a)	7.860	974.646	-
(-) Custo de captação	Real						(2.036)	-
						7.860	972.610	598.783

### (a) Fiança ou Aval do Acionista

	31/12/2015	Captação	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido	31/12/2016
			Principal	Juros					
Terceira emissão Debêntures	-	932.861	-	-	28.685	21.025	-	-	982.570
(-)Custo de captação	-	-	-	-	-	-	901	(3.001)	(2.100)
Quarta emissão Debêntures	602.537	-	(600.794)	(49.452)	35.782	11.927	-	-	-
(-) Custo de captação	(3.754)	-	-	-	-	-	7.471	(3.717)	-
Total dívida	598.783	932.861	(600.794)	(49.452)	64.467	32.952	8.372	(6.718)	980.470

	31/12/2014	Captação	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	Custo de captação Capitalizado	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido	31/12/2015
			Principal	Juros						
Segunda emissão Debêntures	680.234	-	(600.000)	(183.240)	31.279	71.637	-	-	-	-
(-)Custo de captação	(2.565)	-	-	-	-	-	2.352	213	-	-
Quarta emissão Debêntures	-	600.794	-	-	1.307	436	-	-	-	602,537
(-) Custo de captação	-	-	-	-	-	-	-	751-	(4.505)	(3.754)
Total dívida	677.759	600.794	(600.000)	(183.240)	32.586	72.073	2.352	964	(4.505)	598.783

Em 20 de novembro de 2015, a Companhia aprovou a terceira emissão de debêntures privadas, com esforços restritos no valor de R\$932.861.

Tais debêntures não são conversíveis em ações e não possuem cláusula de repactuação. As debêntures são remuneradas a 100% da TR + *spread*, e tem vencimento em 15 anos a partir da data da emissão e são garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia.

Em 12 de maio de 2016, a Companhia assinou junto à CEF o boletim de subscrição para emissão de debêntures no montante de R\$932.861, no qual o principal objetivo é a quitação das debêntures no montante de R\$600.000 da 4ª emissão.

Em 13 de maio de 2016, os recursos foram liberados pela CEF, equalizando assim, a estrutura de capital da Companhia.

Em 21 de junho de 2016, a Companhia cumpriu as condições precedentes de desbloqueio comprovando que todos os valores da 1ª liberação foram desembolsados conforme as regras da escritura das debêntures e com isso conseguiu a liberação de R\$900.100 para conta de livre movimentação, equalizando assim, a estrutura de capital da Companhia.

#### Quarta emissão das debêntures

Em 22 de dezembro de 2015, a Companhia realizou a quarta emissão de debêntures privadas, com esforços restritos no valor de R\$600.000.

Tais debêntures não são conversíveis em ações e não possuem cláusula de repactuação. As debêntures são remuneradas a CDI + 3,5% ao ano, e foram liquidadas em 22 de junho de 2016 e eram garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia.

#### Destinação dos recursos

Parte dos recursos captados pela Companhia por meio da 3ª emissão de debêntures foi utilizada para pagamento do principal e juros objeto da 4ª emissão de debêntures.

#### Cláusulas restritivas

As debêntures da 3ª emissão deverão declarar-se vencidas antecipadamente no caso de ocorrência das cláusulas restritivas.

<u>Empresa</u>	<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
METROBARRA	3ª emissão das debentures	ICSD	≥ 1,3	Anual covenants até dezembro de 2017
		DL/EBITDA	≥ 7,5	Anual covenants até dezembro de 2017
		DL/EBITDA	≥ 6,5	Anual covenants até dezembro de 2018
		DL/EBITDA	≥ 5,5	Anual covenants até dezembro de 2019
		DL/EBITDA	≥ 4,5	Anual covenants até dezembro de 2020
		DL/EBITDA	≥ 3,5	Anual covenants até dezembro de 2021
		DL/EBITDA	≥ 3	Anual covenants até dezembro de 2022
		DL/EBITDA	≥ 2,5	Anual covenants até dezembro de 2023
		DL/EBITDA	≥ 2	Anual covenants a partir de janeiro de 2024

Caso o ICSD < 1,3, a Invepar, em até 10 (dez) dias úteis contados da divulgação das Demonstrações Contábeis da Emissora ou da notificação do Agente Fiduciário o que ocorrer primeiro, deverá demonstrar ao Agente Fiduciário que, por meio de aporte de Capital na Emissora, mútuo ou dívidas subordinadas, conseguiu cumprir com o ICSD estabelecido na

presente Escritura. Com relação aos mútuos e dívidas subordinadas, estes somente serão aceitáveis ao Agente Fiduciário exclusivamente se vencíveis após o vencimento final das Debêntures. Não será permitida a contratação de AFACs para fins de cumprimento do ICSD estabelecido na presente Escritura.

Dívida Líquida/EBITDA, a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações contábeis anuais consolidadas auditadas da Emissora ao final de cada ano civil, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento, pelo Agente Fiduciário, das referidas demonstrações contábeis, sendo que a primeira verificação para fins deste item será realizadas com base nas demonstrações contábeis auditadas da Emissora referentes ao exercício encerrado em 2017.

Em 31 de dezembro de 2016, as cláusulas restritivas foram atendidas.

## 11. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantém seguros contra danos materiais e responsabilidade civil conforme demonstrado a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>	<u>Vigência</u>		<u>Seguradora</u>
		<u>Início</u>	<u>Fim</u>	
Responsabilidade Civil	17.250	16/09/2014	31/12/2016*	ITAU Seguros
Riscos de Engenharia	22.250	16/09/2014	31/12/2017	ITAU Seguros
Garantia	25.185	10/08/2016	30/12/2017	SWISS RE
Responsabilidade Civil D&O	100.000	19/01/2017	20/03/2017**	XL Seguros

\* O referido seguro foi renovado para 31/12/2017

\*\*O referido seguro foi renovado para 20/03/2018

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social subscrito e integralizado é de R\$266.045 (R\$101.800 em 31 de dezembro de 2015), dividido em 528.994.235 (106.094.133 ações em 31 de dezembro de 2015), de ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, assim distribuídas:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação %</u>
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A – INVEPAR.	528.994.235	100,00
	528.994.235	100,00

As integralizações ocorridas em 2015 foram:

- Em 05 de novembro de 2015, foram subscritas 41.903.757 ações ordinárias, sem valor nominal pelo montante de R\$38.000, tal montante foi aportado durante os meses de novembro e dezembro de 2015.
- Em 21 de dezembro de 2015, foram subscritas 4.190.376 ações ordinárias, sem valor nominal pelo montante de R\$ 3.800, tal montante foi integralizado em cota única no dia 22 de dezembro de 2015.

As integralizações ocorridas em 2016 foram:

- Em 16 de março de 2016, foram subscritas e integralizadas 27.568.261 ações ordinárias, sem valor nominal pelo montante de R\$25.000.
- Em 18 de março de 2016, foram subscritas e integralizadas 1.379.697 ações ordinárias, sem valor nominal pelo montante de R\$1.150.
- Em 20 de abril de 2016, foram subscritas e integralizadas 11.997.361 ações ordinárias, sem valor nominal pelo montante de R\$10.000.
- Em 21 de maio de 2016 foram subscritas e integralizadas 21.779.552 ações ordinárias, sem valor nominal pelo montante de R\$11.000.
- Em 21 de junho de 2016 foram subscritas e integralizadas 226.124.987 ações ordinárias, sem valor nominal pelo montante R\$84.395.
- Em 23 de dezembro de 2016 foram subscritas e integralizadas 134.050.243 ações ordinárias, sem valor nominal pelo montante R\$32.700.

b) Dividendo mínimo obrigatório

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações.



## 13. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas		
Receita de locação	82.546	17.356
Impostos e contribuições sobre a receita	(7.636)	(1.605)
Receita operacional líquida	<u>74.910</u>	<u>15.751</u>
Custos e despesas por natureza		
Pessoal e encargos	(6.254)	(422)
Conservação e manutenção	(49)	(46)
Comunicação, marketing e publicidade	(350)	(101)
Seguros e garantia	(360)	(111)
Consultoria e assessoria	(2.667)	(2.109)
Aluguéis e impostos	(598)	(555)
Aluguéis – partes relacionadas	(770)	(696)
Serviços de terceiros	(508)	(253)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa / Provisão para riscos	(31.437)	-
Serviços gráficos	(127)	-
Despesas de viagens	(260)	(477)
Instituto INVEPAR	(51)	(46)
Depreciação e amortização	(30.035)	(8.215)
Outros	(567)	(512)
Total	<u>(74.033)</u>	<u>(13.543)</u>
Custo de serviços prestados	(29.883)	(7.976)
Despesas gerais e administrativas	(44.150)	(5.567)
	<u>(74.033)</u>	<u>(13.543)</u>

## 14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	5	9
Juros sobre aplicações financeiras	16.669	852
Variação monetária ativa	621	1.040
Variações cambiais ativas	2.676	324
Total das receitas financeiras	<u>19.971</u>	<u>2.225</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(107)	(56)
Juros passivos	(464)	(161)
Garantia fiduciária- partes relacionadas	-	(13.748)
Variações cambiais passivas	(3.628)	(227)
Juros sobre mútuo – partes relacionadas	(27.709)	(998)
Juros sobre debêntures	(64.468)	(32.586)
Amortização custo de captação	(8.369)	(964)
Outros	(8.145)	(2.723)
Total das despesas financeiras	<u>(112.890)</u>	<u>(51.463)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(92.919)</u>	<u>(49.238)</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia incorreu em R\$32.953 de despesas de juros de debêntures, os quais foram capitalizados. Foram capitalizados também derivativos (R\$ 14.486 Hedge e R\$ 6.021 MTM) e despesas financeiras no montante de R\$269, totalizando R\$53.729 capitalizados no imobilizado em andamento.

## 15. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico e o diluído do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(91.958)	(44.079)
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	<u>272.871</u>	<u>63.132</u>
Prejuízo (básico e diluído) por lote de mil ações (em reais- R\$)	<u>(0,337)</u>	<u>(0,698)</u>

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2016.

## 16. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão apresentados a seguir:

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>Valor justo</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Custo amortizado</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Valor justo</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Custo amortizado</u> <u>31/12/2015</u>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	20.634	-	2.012	-
Aplicações financeiras	41.989	-	4.231	-
Partes relacionadas	-	31.437	-	17.356
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	5.433	-
<b>Total do ativo</b>	<b><u>62.623</u></b>	<b><u>31.437</u></b>	<b><u>11.676</u></b>	<b><u>17.356</u></b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	-	32.860	-	82.714
Partes relacionadas	-	19.301	-	206.391
Debêntures	-	980.470	-	598.783
Instrumentos financeiros derivativos	911	-	323	-
<b>Total do passivo</b>	<b><u>911</u></b>	<b><u>1.032.631</u></b>	<b><u>323</u></b>	<b><u>887.888</u></b>

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

*Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos derivativos*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. Para os instrumentos financeiros derivativos o valor justo foi determinado com base em técnicas de avaliação para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado são observáveis, direta ou indiretamente.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros no caixa e equivalentes de caixa e debêntures são vinculadas à variação do CDI e as aplicações financeiras estão vinculadas à variação do CDI, IPCA, Selic e TR.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa e equivalentes de caixa. A Companhia mantém contas correntes bancárias em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Risco de taxa de câmbio

O MetroBarra poderá sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função dos compromissos que a mesma assumiu para aquisição sistemas operacionais, considerando-se que parte destes itens serão adquiridos no mercado externo.

e) Operação de derivativos

O MetroBarra adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo.

Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o MetroBarra possuía operações com instrumentos financeiros com características de derivativos para proteção dos contratos já firmados em moedas estrangeiras, conforme demonstrado abaixo:

*Em aberto*

31/12/2016						
Instrumento	Banco	Data da contratação	Data do vencimento	Valor base (em milhares)	Preço de exercício (R\$)	Valor a mercado (R\$)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	14/07/2016	22/02/2017	USD 1.500	3,52	(328)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	26/08/2016	27/01/2017	USD 3.000	3,47	(583)
Passivo Circulante						(911)
31/12/2015						
Instrumento	Banco	Data da contratação	Data do vencimento	Valor base (em milhares)	Preço de exercício (R\$)	Ajuste / mercado (R\$)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	16/01/2015	29/02/2016	EUR 935	3,42	843
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	16/01/2015	31/03/2016	EUR 935	3,45	845
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	24/11/2015	27/05/2016	EUR 1.311	4,23	325
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	24/11/2015	29/06/2016	EUR 918	4,28	227
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	24/11/2015	29/07/2016	EUR 1.504	4,33	372
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	24/11/2015	29/08/2016	EUR 874	4,38	216
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	24/11/2015	28/09/2016	EUR 1.774	4,44	437
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	24/11/2015	28/10/2016	EUR 450	4,49	111
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	24/11/2015	30/11/2016	EUR 1.092	4,54	268
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	24/11/2015	27/04/2016	EUR 635	4,18	157
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	15/12/2015	30/05/2016	EUR 1.800	4,54	(91)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	15/12/2015	30/06/2016	EUR 1.800	4,61	(92)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	15/12/2015	29/04/2016	EUR 1.800	4,49	(88)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	24/03/2015	28/03/2016	EUR 135	3,87	66
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	14/12/2015	27/01/2016	EUR 1.918	4,37	(52)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	24/11/2015	29/06/2016	USD 540	4,00	73
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	24/11/2015	29/08/2016	USD 1.082	4,08	146
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	24/11/2015	27/01/2016	USD 2.782	3,79	397
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	24/11/2015	28/10/2016	USD 756	4,18	101
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORAN TIM	16/01/2015	29/01/2016	USD 935	3,25	849
Ativo Circulante						5.433
Passivo Circulante						(323)

## Liquidados

31/12/2016

Instrumento	Banco	Data da contratação	Data do vencimento	Valor base (em milhares)	Preço de exercício (R\$)	Ajuste / exercício (R\$)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	27/01/2016	USD 2.782	3,79	854
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	15/12/2015	27/01/2016	USD 632	4,37	47
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	15/12/2015	27/01/2016	USD 858	4,37	64
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	15/12/2015	27/01/2016	USD 427	4,37	32
NDF - Contrato de compra de moeda futura	VOTORANTIM	15/01/2015	29/01/2016	USD 935	3,38	1.007
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	15/01/2015	29/02/2016	EUR 935	3,42	846
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	26/01/2016	29/02/2016	EUR 427	4,46	(56)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	26/01/2016	29/02/2016	EUR 381	4,46	(50)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	26/01/2016	28/03/2016	EUR 1.681	4,51	(645)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/03/2015	28/03/2016	EUR 134	3,87	35
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	15/01/2015	31/03/2016	USD 935	3,45	601
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	27/04/2016	USD 635	4,00	(119)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	29/04/2016	USD 1.800	3,96	(940)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	27/05/2016	USD 1.311	3,99	(370)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	28/03/2016	27/05/2016	USD 1.800	3,99	(370)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	30/05/2016	USD 1.800	4,03	(927)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	03/03/2016	30/05/2016	USD 1.450	4,03	(486)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	29/06/2016	USD 540	3,33	(361)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	06/06/2016	USD 932	4,01	(259)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	03/03/2016	29/06/2016	USD 150	3,68	(111)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	29/06/2016	USD 918	3,68	(553)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	30/06/2016	USD 1.800	3,61	(1.801)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	29/07/2016	USD 1.503	3,63	(1.050)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	03/03/2016	29/07/2016	USD 90	3,63	(77)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	29/08/2016	USD 1.082	3,22	(937)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	26/01/2016	29/08/2016	USD 2.814	3,22	(3.321)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	29/08/2016	USD 874	3,61	(665)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	28/09/2016	USD 1.748	3,63	(1.434)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	14/07/2016	28/10/2016	EUR 1.500	3,76	(492)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	14/07/2016	24/11/2016	EUR 1.500	3,80	(476)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	14/07/2016	15/12/2016	EUR 1.500	3,84	(475)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	28/10/2016	USD 756	4,18	(330)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	28/10/2016	EUR 450	4,49	(783)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	30/11/2016	EUR 1.092	4,54	(1.016)
						(14.619)

31/12/2015

Instrumento	Banco	Data da contratação	Data do vencimento	Valor base (em milhares)	Preço de exercício (R\$)	Ajuste / exercício (R\$)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	31/10/2013	12/01/2015	USD 756	2,66	146
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	31/10/2013	26/01/2015	USD 9289	2,59	1.038
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	26/01/2015	29/01/2015	USD 9289	2,60	29
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	31/10/2013	02/03/2015	USD 9289	2,88	3.569
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	27/02/2015	23/03/2015	USD 9289	3,21	3.107
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	29/04/2014	04/02/2015	USD 406	2,71	120
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	03/02/2015	23/02/2015	USD 406	2,87	64
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	29/04/2014	23/03/2015	USD 406	3,24	326
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	SANTANDER	05/03/2015	19/03/2015	USD 206	3,23	42
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	SANTANDER	27/02/2014	19/02/2015	EUR 879	3,22	(238)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	SANTANDER	27/02/2014	09/03/2015	EUR 655	3,30	(139)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	22/12/2014	05/01/2015	USD 4644	2,69	64
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	24/11/2014	11/02/2015	USD 11611	2,81	2.409
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	01/12/2014	19/02/2015	USD 206	2,84	46
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	19/02/2015	06/03/2015	USD 206	2,99	25
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	14/11/2014	31/03/2015	USD 9289	3,26	5.179
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	27/02/2014	11/02/2015	USD 236	2,81	65
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	11/02/2015	27/02/2015	USD 236	2,87	6
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	27/02/2014	26/01/2015	EUR 218	2,91	(123)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	22/01/2015	20/03/2015	EUR 218	3,47	103
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	18/11/2014	06/01/2015	USD 168	2,71	15
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	29/04/2014	12/01/2015	USD 406	2,66	107
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	31/10/2013	12/01/2015	USD 756	2,66	146
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	31/10/2013	26/01/2015	USD 9289	2,59	1.038
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	26/01/2015	29/01/2015	USD 9289	2,60	29
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	31/10/2013	02/03/2015	USD 9289	2,88	3.569
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	27/02/2015	23/03/2015	USD 9289	3,21	3.107
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	30/03/2015	30/04/2015	USD 9289	3,00	(2.692)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	14/01/2015	13/05/2015	USD 756	3,05	246

31/12/2015						
Instrumento	Banco	Data da contratação	Data do vencimento	Valor base (em milhares)	Preço de exercício (R\$)	Ajuste exercício (R\$)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	27/03/2014	20/05/2015	USD 13933	3,06	6.876
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	04/04/2014	25/05/2015	USD 13933	3,18	8.441
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	27/03/2014	12/05/2015	USD 236	3,02	117
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	19/03/2015	20/04/2015	EUR 218	3,29	(56)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	27/03/2014	20/04/2015	EUR 218	3,29	(35)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	19/02/2015	29/06/2015	EUR 879	3,49	87
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	27/03/2014	29/06/2015	EUR 249	3,49	(8)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	27/03/2014	09/06/2015	EUR 202	3,50	1
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	29/04/2014	04/02/2015	USD 406	2,71	120
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	03/02/2015	23/02/2015	USD 406	2,87	64
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	29/04/2014	23/03/2015	USD 406	3,24	326
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	20/03/2015	30/04/2015	USD 406	2,94	(135)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	29/04/2014	13/05/2015	USD 609	3,06	338
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	SANTANDER	05/03/2015	19/03/2015	USD 206	3,23	42
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	SANTANDER	27/02/2014	19/02/2015	EUR 879	3,22	(238)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	SANTANDER	27/02/2014	09/03/2015	EUR 655	3,30	(139)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	SANTANDER	12/12/2014	29/05/2015	EUR 2624	3,47	6
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	22/12/2014	05/01/2015	USD 4644	2,69	64
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	24/11/2014	11/02/2015	USD 11611	2,81	2.409
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	01/12/2014	19/02/2015	USD 206	2,84	46
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	19/02/2015	06/03/2015	USD 206	2,99	25
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	14/11/2014	31/03/2015	USD 9289	3,26	5.179
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	10/02/2015	29/04/2015	USD 11611	2,89	(127)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	24/11/2014	30/04/2015	USD 4644	2,97	1.436
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	22/12/2014	30/04/2015	USD 4644	2,97	909
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	01/12/2014	08/06/2015	USD 897	3,17	419
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	01/12/2014	13/05/2015	USD 2782	3,10	888
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	27/02/2014	11/02/2015	USD 236	2,81	65
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	11/02/2015	27/02/2015	USD 236	2,87	6
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	27/02/2014	26/01/2015	EUR 218	2,91	(123)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	22/01/2015	20/03/2015	EUR 218	3,47	103
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	18/11/2014	06/01/2015	USD 168	2,71	15
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	29/04/2014	12/01/2015	USD 406	2,66	107
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	29/04/2014	06/04/2015	USD 406	3,15	285
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	07/04/2015	16/04/2015	USD 406	3,07	(30)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	29/04/2014	18/05/2015	USD 609	3,04	342
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	SANTANDER	04/04/2014	08/09/2015	USD 540	2,56	665
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	01/12/2014	29/09/2015	USD 705	2,80	855
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	27/03/2014	10/07/2015	USD 236	2,57	153
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	VOTORANTIM	04/04/2014	01/09/2015	USD 265	2,57	286
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	04/04/2014	30/09/2015	USD 236	2,58	362
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	27/03/2014	20/07/2015	EUR 2.373	3,54	(214)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	SANTANDER	06/03/2015	19/08/2015	EUR 665	3,49	225
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	27/03/2014	28/08/2015	EUR 993	3,59	404
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	27/03/2014	28/09/2015	EUR 2.893	3,62	2.308
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	27/03/2014	08/07/2015	EUR 403	3,53	(19)
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	27/03/2014	07/08/2015	EUR 403	3,57	119
NDF - Contrato de compra de moeda futuro	HSBC	27/03/2014	09/09/2015	EUR 202	3,60	132
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	29/09/2015	27/11/2015	EUR 705	4,01	(149)
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	29/09/2015	16/11/2015	EUR 236	4,12	362
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	VOTORANTIM	04/04/2014	13/10/2015	EUR 2.559	3,58	1.708
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	VOTORANTIM	04/04/2014	09/11/2015	EUR 336	3,61	160
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	25/09/2015	26/10/2015	EUR 2.893	4,50	(567)
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	04/04/2014	26/11/2015	EUR 1.118	3,60	428
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	29/09/2015	27/11/2015	EUR 705	4,22	(325)
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	04/04/2014	15/12/2015	EUR 1.918	3,63	1.274
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	28/12/2015	EUR 71	3,75	14
						57.409

## f) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de empréstimos bancários e debêntures.

	Até 1 ano	Total 31/12/2016
Fornecedores	32.860	32.860
Debêntures	7.860	7.860

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total 31/12/2015</u>
Fornecedores	82.714	82.714
Debêntures	598.783	598.783

g) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados três cenários, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. As taxas foram:

<b>Indicador</b>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI Ativo (% ao ano)	13,63%	10,60%	7,07%
DI Passivo (% ao ano)	13,63%	17,66%	21,20%
TR passivo (% ao ano)	2,01%	2,57%	3,09%

**Fontes de informação: BACEN, CETIP e FGV**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
<b>Ativos:</b>					
Equivalente de caixa	DI	20.634	2.812	2.187	1.459
Aplicações Financeiras	DI	41.989	5.723	4.451	2.969
		<u>62.623</u>	<u>8.535</u>	<u>6.638</u>	<u>4.428</u>
<b>Passivos:</b>					
Debêntures	TR	980.470	19.733	25.198	30.297

17. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aquisição de imobilizado ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	32.189	93.533
Aquisição de imobilizado ainda não liquidada financeiramente (partes relacionadas)	-	7.949
Encargos financeiros capitalizados no imobilizado	53.729	22.756

## 18. OUTROS ASSUNTOS

### a) Contratação de Sistemas

No primeiro trimestre de 2014, a Companhia firmou junto a Alstom e a Siemens contratos para a execução, projeto e fornecimento de sistemas de sinalização da via e piloto automático, respectivamente, para a operacionalização do sistema metroviário da Linha 4 da cidade do Rio de Janeiro.

Os pagamentos são devidos pela Companhia aos fornecedores com base na evolução física dos projetos e as respectivas medições dos marcos definidos nos contratos.

### b) Adiantamento para aquisição futura da Concessionária Rio Barra (“CRB”)

Em 23 de novembro de 2012, a INVEPAR acionista controladora da Companhia, firmou um contrato de compra e venda de ações junto aos atuais acionistas da CRB.

A CRB foi constituída em 14 de dezembro de 1998 e tem por objeto social exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração, precedida de obras públicas dos serviços de transporte metroviário de passageiros da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro extensão de Ipanema a Barra da Tijuca e tem prazo de concessão até 2036.

Para concluir a aquisição da CRB, a INVEPAR assumiu o compromisso de adquirir trens e sistemas de sinalização, sistema de piloto automático e das intervenções no centro de manutenção e no centro de operação hoje das Linhas 1 e 2 para que ocorra a operação da Linha 4.

Em 11 de março de 2013, a INVEPAR cedeu os direitos e deveres do contrato de compra e venda da CRB para o MetroBarra, e com isso MetroBarra passa a ser a empresa responsável por essa aquisição.

Em 15 de outubro de 2013, o MetroBarra pagou aos acionistas da CRB o valor de R\$53.564 a título de adiantamento para aquisição futura dessa empresa.

Após a transferência efetiva do controle da CRB, será realizado o pagamento do Preço das Ações, formado por a uma parte à vista, correspondente às despesas ordinárias conforme definidas no contrato, limitadas a R\$ 600 anuais, mais uma parte variável a ser paga aos antigos acionistas da CRB baseada no número de usuários entrantes nas estações da linha 4 do Metrô (chamado PVPA – Parcela Variável do Preço de Aquisição).

Em julho de 2013, o MetroBarra assinou contratos complementares ao contrato de aquisição de CRB:

- Contrato de operação e manutenção: Foi assinado entre MetroBarra, MetrôRio, CRB e o poder concedente (interveniente) o contrato de operação e manutenção, onde, o MetrôRio, fica incumbido de executar a operação da Linha 4 após o término das obras civis, o termino das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens.
- Contrato de compartilhamento de receitas: Foi assinado entre MetroBarra, CRB e MetrôRio, futuro operador da Linha 4 o contrato que determina o modelo de compartilhamento de receitas entre as duas empresas.



- Contrato de locação: Foi assinado entre MetroBarra e CRB, atual concessionária da Linha 4, contrato de locação de trens e sistemas operacionais.

Os contratos complementares visam garantir a operação e manutenção da Linha 4.